

RACHADINHA

STF anula provas contra Flávio Bolsonaro

A Segunda Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu ontem manter o foro especial concedido ao senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) pela 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Assim, a corte avaliou, por 3 votos a 1, a decisão de junho do ano passado de

retirar a investigação das mãos do juiz de primeira instância Flávio Itabaiana, que vinha dando decisões duras contra o parlamentar. O magistrado, agora definitivamente afastado do processo, foi o responsável por ordens de quebra de sigilo e pela prisão de Fabrício Queiroz, acusa-

do de ser o operador do esquema da "rachadinha" no gabinete de Flávio quando ele era deputado estadual. Pelo mesmo placar, o colegiado também atendeu a um pedido da defesa para anular quatro relatórios de inteligência financeira elaborados pelo Coaf. **PÁGINA 5**

COVID-19

Brasil já tem dois casos da variante Ômicron

A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) anunciou ontem que a variante Ômicron foi identificada no Brasil. A agência reguladora federal afirmou que as amostras coletadas de duas pessoas que preliminarmente receberam resultado positivo para a nova cepa da Covid passarão por uma nova análise laboratorial. O procedimento será adotado para confirmar o diagnóstico para a variante Ômicron do novo coronavírus. Os primeiros resultados foram notificados pelo laboratório Albert Einstein, em São Paulo. De acordo com os protocolos nacionais, o material foi então enviado ao Instituto Adolfo Lutz, em São Paulo, para fins de confirmação do sequenciamento genético do vírus. Os exames são de um casal que vive na África do Sul -país onde a Ômicron foi identificada pela primeira vez- e está em visita ao Brasil. O homem tem 41 anos, e mulher, 37. **PÁGINA 5**

CAGED

País abre 253 mil vagas com carteira assinada em outubro



O país registrou a abertura de 253 mil vagas de emprego com carteira assinada em outubro, segundo dados divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho e Previdência. O saldo é o segundo seguido a mostrar desaceleração e representa o menor resultado dos últimos seis meses. O saldo decorre da diferença entre 1,7 milhão de contratações e 1,5 milhão de desligamentos, de acordo com o Caged. O resul-

tado do mês ficou abaixo de outubro de 2020, quando o país enfrentava o primeiro ano da pandemia de Covid-19. Bruno Dalcolmo (foto), secretário-executivo de Trabalho e Previdência, afirmou que as empresas estavam contratando a um ritmo forte até agora e que havia um limite para essa expansão. Para ele, as contratações passam a ter agora uma dependência maior da dinâmica da economia. **PÁGINA 2**

ELEIÇÕES 2022

Junto a ex-presidiários, Bolsonaro entra no PL

PÁGINA 5

Desemprego cai para 12,6% e ainda atinge 13,5 milhões

Em um cenário de menos restrições a atividades econômicas, a taxa de desemprego no Brasil recuou para 12,6% no terceiro trimestre de 2021. Mesmo com a queda, puxada pelo trabalho no setor informal, o país ainda registrou 13,5 milhões de desempregados entre os

meses de julho e setembro. Os dados foram divulgados ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A taxa de desemprego estava em 14,2% no segundo trimestre de 2021 e em 14,9% no terceiro de 2020. **PÁGINA 2**

COMBUSTÍVEIS



Lula anuncia que, se eleito, vai mudar política de preços da Petrobras

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (foto), que lidera as pesquisas de intenção de voto para a eleição presidencial do ano que vem, disse ontem que alteraria a atual política de preços da Petrobras e que a estatal deveria dar lucro ao povo brasileiro. "Digo em alto e bom som: nós não vamos manter essa política de preços de aumento do gás e da gasolina que a Petrobras adotou por ter nivelado os preços pelo mercado internacional. Quem tem que lucrar com a Petrobras é o povo brasileiro", disse Lula em entrevista à Rádio Gaúcha. **PÁGINA 2**

CCJ

Comissão do Senado aprova PEC do Calote

PÁGINA 3

INDICADORES

IBOVESPA: -0,87% / 101.915,45 / -898,58 / Volume: 43.445.267.615 / Quantidade: 5.165.012				Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.100,00	IGP-M	0,02% (nov.)	EURO turismo										
Maiores Altas				Maiores Baixas				Mais Negociadas				Fechamento		Ufir	R\$ 3,7053	IPCA 5	1,03% (out.)	Compra: 6,4665	Venda: 6,6465	
Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Dow Jones	34.483,72	-1,86 <th>Taxa Selic (27/10)</th> <td>7,75%</td> <th>até o dia 30/nov</th> <td></td> <th>Compra: 5,6193</th> <td>Venda: 5,6199</td>	Taxa Selic (27/10)	7,75%	até o dia 30/nov		Compra: 5,6193	Venda: 5,6199
CCR SA ON NM	12,31	+6,95	+0,80	LOCAWEB ON NM	13,19	-10,09	-1,48	LOCAWEB ON NM	13,19	-10,09	-1,48	NASDAQ Composite	15.537,69	-1,55					Compra: 5,6366	Venda: 5,6372
YDUQS PART ON NM	21,83	+4,35	+0,91	MELIUIZ ON NM	2,99	-9,12	-0,30	MELIUIZ ON NM	2,99	-9,12	-0,30	Euro STOXX 50	4.079,71	-0,74					Compra: 5,6763	Venda: 5,8563
BRASIL ON EJ NM	31,84	+3,34	+1,03	CVC BRASIL ON NM	13,62	-6,39	-0,93	CVC BRASIL ON NM	13,62	-6,39	-0,93	CAC 40	6.721,16	-0,81						
COGNA ON ON NM	2,48	+2,90	+0,07	IGUATEMI SAUNT N1	190,00	-4,43	-8,80	IGUATEMI SAUNT N1	190,00	-4,43	-8,80	FTSE 100	7.059,45	-0,71						
IRBRASIL REON NM	4,31	+2,86	+0,12	BANCO PAN PN N1	11,26	-4,41	-0,52	BANCO PAN PN N1	11,26	-4,41	-0,52	DAX	15.100,13	-1,18						

MERCADOS



Bolsa cai e pode ficar abaixo de 100 mil pontos; dólar sobe

CLAYTON CASTELANI/FOLHAPRESS

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) chegou perto de fechar abaixo dos 100 mil pontos ontem, em um dia de preocupação sobre a eficácia das vacinas no controle da pandemia da Covid-19 e com a sinalização de que o Fed (Federal Reserve, o banco central americano) poderá acelerar o fim do seu programa emergencial de compra de ativos e antecipar o aumento dos juros básicos nos Estados Unidos, o que reduziria a disponibilidade de dinheiro para investimentos nos mercados de ações globais.

O Ibovespa (Índice Bovespa) fechou em queda de 0,87%, a 101.915 pontos. O recuo em novembro foi de 1,53%, e pela quinta vez seguida o índice encerra um mês no vermelho. A última alta mensal, de 0,46%, ocorreu em junho. De lá para cá, o mercado acionário do país já afundou 19,5%.

O resultado de ontem também renova a pior marca diária do índice desde 6 de novembro de 2020, quando fechou em 100.925 pontos.

Na mínima do dia, o Ibovespa recuou a 100.074 pontos. Desde 4 de novembro de 2020 a Bolsa não fecha abaixo dos 100 mil pontos, marca al-

cançada pela primeira vez em um encerramento de pregão em 19 de junho de 2019.

O dólar subiu 0,42%, a R\$ 5,6370, refletindo a expectativa de valorização mundial da moeda americana devido à possível mudança na política monetária americana.

Os índices de ações americanos fecharam com quedas acentuadas. Dow Jones, S&P 500 e Nasdaq cederam 1,86%, 1,9% e 1,55%, respectivamente.

Na Europa, as bolsas de Londres, Paris e Frankfurt caíram 0,71%, 0,81% e 1,18%, respectivamente. O índice Euro Stoxx 50, que acompanha 50 das principais empresas da região, perdeu 1,13%.

Na Ásia, as bolsas de Tóquio e Hong Kong fecharam em queda de 1,63% e 1,58%, cada. O índice para empresas chinesas de Xangai e Shenzhen cedeu 0,40%.

Ao final do dia, o petróleo fechou em queda de 3,91%, a US\$ 70,57 (R\$ 396,55).

As ações preferenciais da Petrobras caíram 0,14%, respondendo pelo maior volume de negociações da Bolsa.

Itaú-Unibanco e Bradesco recuaram 1,24% e 1,78%, respectivamente. A Vale subiu 0,65%, respondendo à alta no mercado futuro de minério de ferro. A maior alta do dia foi da CCR, que avançou 6,95%.

CAGED

País abre 253 mil vagas com carteira assinada em outubro

FÁBIO PUPO/FOLHAPRESS

O país registrou a abertura de 253 mil vagas de emprego com carteira assinada em outubro, segundo dados divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho e Previdência. O saldo é o segundo seguido a mostrar desaceleração e representa o menor resultado dos últimos seis meses.

O saldo decorre da diferença entre 1,7 milhão de contratações e 1,5 milhão de desligamentos, de acordo com o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). O resultado do mês ficou abaixo de outubro de 2020, quando o país enfrentava o primeiro ano da pandemia de Covid-19.

Bruno Dalcolmo, secretário-executivo de Trabalho e Previdência, afirmou que as empresas estavam contratando a um ritmo forte até agora e que havia um limite para essa expansão. Para ele, as contratações passam a ter agora uma dependência maior da dinâmica da economia.

"Não há um desaquecimento, o que há é um processo normal porque as empresas contrataram pesado desde o ano passado até agora, e há um limite para isso. As

empresas não vão continuar contratando *ad infinitum*. Em algum momento, elas começam a depender da dinâmica geral da economia", disse.

"Claro que isso é influenciado pela demanda por produtos, pelas exportações, pelos valores das commodities, pela confiança do empresariado, questões relacionadas à inflação. Mas aí é uma dinâmica normal da economia. Ao contrário de uma desaceleração, o que estamos experimentando agora é um processo de normalização das contratações e demissões, e isso é muito bom", afirmou.

De acordo com o ministério, o saldo menor de outubro na comparação com um ano antes é explicado também pelo aumento das demissões, em decorrência do fim do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (que permitia redução de salário ou suspensão de contratos de trabalho em troca de um benefício, o Bem, pago pelo Tesouro Nacional ao funcionário afetado) -que não está mais em vigor.

Dentre os setores que contrataram, a maior retração em termos percentuais (em relação a meses anteriores) foi observada na indústria, que vinha abrindo

mais de 70 mil vagas por mês entre agosto e setembro - e em outubro contratou 26,6 mil.

De acordo com os técnicos, os números da indústria são influenciados pela cadeia sucroalcooleira, já que a safra da cana-de-açúcar foi encerrada. Além disso, dizem, há um comportamento sazonal e tradicional das fábricas nessa época - quando elas começam a encerrar a produção de bens a serem vendidos no comércio para as festas de fim de ano.

No lado positivo, a criação de vagas tem sido puxada por serviços, setor que abriu 144,6 mil vagas e está sendo impulsionado pela reabertura das atividades e pelo avanço da vacinação. O desempenho dentro do grupo foi liderado pelos segmentos de atividades administrativas; alojamento e alimentação; e transporte, armazenagem e correio.

Em seguida, ficaram os setores do comércio (70,3 mil vagas abertas), da indústria (26,6 mil) e da construção (17,2 mil). Apenas a agropecuária fechou postos de trabalho no mês (corte de 5,8 mil postos).

Os dados do Caged mostram ainda uma queda real de 4,3% no salário médio de admissão na comparação com outubro do ano

passado - para R\$ 1.795,46. Desde abril, há retração constante no indicador.

De acordo com os técnicos, o movimento é natural no fim do ano e tende a ser revertido após janeiro. Além disso, dizem, a contratação de trabalhadores temporários também acaba puxando os salários para baixo.

Durante a entrevista à imprensa, o ministério comentou os ajustes nos dados do Caged do ano passado. Dados atualizados no começo do mês mostraram que o saldo referente a 2020 caiu quase pela metade se comparado ao número divulgado inicialmente pelo governo federal.

Segundo dados divulgados em janeiro pelo Ministério da Economia, o indicador havia ficado positivo em 142.690 vagas no ano passado. Após ajustes no começo do mês com números entregues por empresas fora do prazo, o saldo encolheu 46,8%, para 75.883 vagas criadas.

Dalcolmo afirmou que os dados do Caged, que teve metodologia alterada no começo de 2020, não podem mostrar números que não estão no banco de dados e que as empresas têm 12 meses para ajustar as informações prestadas ao governo.

ENERGIA

Famílias de baixa renda terão redução automática na conta

VLADIMIR PLATONOW/ABRASIL

Famílias de baixa renda inscritas em programas sociais do governo passarão a ser incluídas, automaticamente, como beneficiárias da Tarifa Social de Energia Elétrica. Com isso, mais de 11,5 milhões de famílias podem passar a receber o benefício, com descontos de até 65% na fatura mensal da conta de luz, somando-se aos 12,3 milhões de famílias de baixa renda que já usufruem da redução.

O protocolo que permite o cadastramento automático dessas famílias foi assinado ontem, na sede da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em Brasília, com a presença do presidente Jair Bolsonaro e de diversos ministros. Antes, era necessário que cada família beneficiária de programa governamental requeresse individualmente o benefício, o que retardava e dificultava o processo, pois a maior parte era humilde, muitas moradoras de regiões distantes.

Para o presidente Bolsonaro, o benefício imediato é a desburocratização do processo, beneficiando o maior número de pessoas com iniciativas de repasse de renda.

"Basicamente, se resume na redução de burocracia, o que estamos fazendo desde quando assumimos em 2019. Essa medida veio a calhar. Estamos vivendo um período - peço a Deus - que seja pós-pandemia. Onde as consequências das medidas adotadas no pas-

sado, para combater o vírus, nos levaram a essa situação, de aumento de inflação. Essas medidas são aos mais humildes que atingem, ao informal, porque o Brasil, conosco, criou mais empregos de carteira assinada, mesmo durante o ano mais grave da pandemia. Então os mais vulneráveis e humildes são atingidos por esta medida, reduzindo a conta de luz", disse o presidente.

Bolsonaro destacou também o aumento no número de empregos que estão sendo criados, apesar do país recém começar a sair da crise econômica mundial resultante da pandemia.

"Lembro que nos anos de 2015 e 2016, sem pandemia, o Brasil perdeu 2,5 milhões de empregos. E o nosso governo, mesmo com a pandemia, já criou 2,5 milhões de empregos. Isto é trabalho de todos, não apenas meu, dos ministros, dos secretários, mas de todos os servidores públicos que colaboram conosco nesta empreitada. Temos tudo para sermos uma grande Nação e a seremos, se Deus quiser", finalizou Bolsonaro.

Os critérios para receber a tarifa social continuam os mesmos: têm direito a ela as famílias inscritas no Cadastro Único com renda mensal menor ou igual a meio salário-mínimo por pessoa, e também as famílias com portador de doença que precise de aparelho elétrico para o tratamento - nesse caso com renda mensal de até três salários-mínimos.

LEONARDO VIECELI/FOLHAPRESS

Em um cenário de menos restrições a atividades econômicas, a taxa de desemprego no Brasil recuou para 12,6% no terceiro trimestre de 2021. Mesmo com a queda, puxada pelo trabalho no setor informal, o país ainda registrou 13,5 milhões de desempregados entre os meses de julho e setembro.

Os dados foram divulgados ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A taxa de desemprego estava em 14,2% no segundo trimestre de 2021 e em 14,9% no terceiro de 2020. Os resultados integram a Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua).

Pelas estatísticas oficiais, uma pessoa está desempregada quando não tem trabalho e segue à procura de novas oportunidades profissionais.

A taxa de desocupação estimada pelo IBGE (12,6%) ficou próxima das expectativas do mercado financeiro. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam indicador de 12,7%.

A queda do desemprego foi influenciada pelo aumento da população ocupada. Essa parcela, que tinha algum tipo de trabalho, foi estimada em 93 milhões de pessoas.

Cresceu 4% (3,6 milhões de pessoas a mais) frente ao trimestre anterior e 11,4% (9,5 milhões de pessoas a mais) ante igual trimestre de 2020.

"No terceiro trimestre, houve um processo significativo de crescimento da ocupação, permitindo, inclusive, a redução da população desocupada, que busca trabalho, como também da própria população que esta-

va fora da força de trabalho", avalia a coordenadora de trabalho e rendimento do IBGE, Adriana Beringuy.

Segundo o instituto, o aumento da ocupação está relacionado sobretudo ao setor informal.

Das 3,6 milhões de pessoas a mais na população ocupada, em relação ao trimestre imediatamente anterior, cerca de 54% (1,9 milhão) atuavam sem carteira assinada ou CNPJ. Ou seja, a informalidade respondeu por mais da metade das novas vagas.

O reflexo do quadro é o recuo do rendimento médio da população empregada. Isso sinaliza que o ingresso no mercado de trabalho tem sido marcado por salários menores.

O rendimento real habitual foi estimado pelo IBGE em R\$ 2.459. É a menor marca para o terceiro trimestre desde o começo da série histórica, em 2012. Significa baixa de 11,1% em relação a igual período do ano passado (R\$ 2.766).

O recuo da renda também reflete a escalada da inflação, já que os cálculos do instituto consideram o aumento de preços.

Os números divulgados nesta terça-feira já incorporam uma revisão feita pelo IBGE em toda a série histórica da Pnad Contínua. A reponderação dos resultados foi necessária devido aos efeitos da pandemia no processo de coleta das informações.

A chegada da Covid-19 causou restrições a deslocamentos e fez o órgão suspender as entrevistas presenciais da Pnad a partir do segundo trimestre de 2020. Assim, a coleta dos dados passou a ser feita por telefone.

A alteração reduziu a taxa de aproveitamento da pesquisa, já que houve mais dificuldades para realização das entrevistas -

nem todas as famílias brasileiras têm acesso a aparelhos telefônicos, por exemplo.

De acordo com o IBGE, essa redução foi sentida principalmente nas faixas mais jovens da população, o que aumentou a proporção de idosos na amostra.

Segundo o instituto, a partir da reponderação da série, que leva em conta características de idade e sexo, eventuais distorções são corrigidas, e as estimativas mais recentes podem ser comparadas às anteriores.

"O que a ponderação traz é a melhoria das estimativas, dado que a gente consegue recompor a população por sexo e grupo etário", relatou Luna Hidalgo, analista do IBGE.

A taxa de desemprego do segundo trimestre de 2021, por exemplo, havia sido estimada inicialmente em 14,1%. Com a revisão, passou para 14,2%.

Já o número de desocupados, nesse mesmo período, passou de 14,4 milhões para 14,8 milhões. Pela série revisada, a população desempregada chegou ao pico de 15,3 milhões no primeiro trimestre de 2021.

A pandemia, sinaliza o IBGE, causou desafios similares para institutos de pesquisas de outros países. Com o avanço da vacinação contra a Covid-19 e as restrições menores, o órgão brasileiro retomou parte das atividades presenciais nos últimos meses.

O desemprego em nível elevado para os padrões históricos preocupa analistas, ainda mais em um período de inflação alta como o atual.

Em conjunto, as dificuldades no mercado de trabalho e a escalada dos preços jogam contra o consumo das famílias, um dos motores do crescimento do país.

Nesse contexto, as projeções para o desempenho da atividade econômica em 2022 vêm sendo revisadas para baixo.

Já há instituições financeiras, incluindo grandes bancos, como Itaú e Credit Suisse, prevenindo recessão no próximo ano - ou seja, queda do PIB (Produto Interno Bruto).

A piora das expectativas está relacionada a uma combinação de fatores, que vai desde a pressão inflacionária e o aumento dos juros até as incertezas fiscais e a crise política envolvendo o governo federal.

Segundo analistas, a fragilidade da economia como um todo coloca em xeque a incipiente melhora do mercado de trabalho.

"Por mais que tenha caído, o desemprego ainda continua em um patamar bastante elevado. O quadro do emprego no Brasil segue ruim, apesar da melhora no último trimestre", define a economista Cristiane Quartaroli, do Banco Ourinvest.

A economista Ana Beatriz Moraes, professora do Ibmecc-RJ, tem opinião semelhante. Mesmo com a redução do desemprego, a inserção no mercado de trabalho permanece difícil, segundo ela. Sinal disso é que mais pessoas recorrem a modalidades como o trabalho por conta própria, lembra a professora.

Segundo o IBGE, o número de profissionais autônomos no Brasil voltou a bater recorde. A parcela de trabalhadores por conta própria foi estimada em 25,5 milhões de pessoas. Significa crescimento de 3,3% (817 mil a mais) na comparação com o trimestre anterior e de 18,4% (4 milhões a mais) no recorte anual.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

Rua Olímpadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE

COMBUSTÍVEIS

Lula diz que mudaria política de preços da Petrobras

NICOLA PAMPLONA/FOLHAPRESS

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (foto), que lidera as pesquisas de intenção de voto para a eleição presidencial do ano que vem, disse ontem que alteraria a atual política de preços da Petrobras e que a estatal deveria dar lucro ao povo brasileiro.

"Digo em alto e bom som: nós não vamos manter essa política de preços de aumento do gás e da gasolina que a Petrobras adotou por ter nivelado os preços pelo mercado internacional. Quem tem que lucrar com a Petrobras é o povo brasileiro", disse Lula em entrevista à Rádio Gaúcha.

Questionada sobre o tema por analistas em Nova York, a direção da Petrobras afirmou que a empresa tem hoje instrumentos de controle para evitar interferências políticas em sua gestão. "A companhia tem controle total sobre seu destino", afirmou o presi-



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

dente da companhia, Joaquim Silva e Luna.

A escalada dos preços dos combustíveis em 2021 colocou a Petrobras na mira não só da oposição, mas também de aliados e do próprio presidente Jair Bolsonaro, cuja popularidade vem sendo afetada pela alta da inflação.

Bolsonaro já disse algumas vezes que têm o desejo de privatizar a estatal para parar de levar a culpa pelo preço dos combustíveis. A oposição, por sua vez, cri-

ta a política de acompanhamento das cotações internacionais do petróleo.

Ontem, por exemplo, a FNP (Federação Nacional dos Petroleiros) anunciou que levará ao Congresso hoje um dossiê do Observatório Social da Petrobras que comprovaria que é possível para a empresa ter lucro com outra política de preços.

"A atual política de precificação dos combustíveis é uma verdadeira exploração da população

e estagnação da economia", disse, em nota, o economista Eric Gil Dantas, do Observatório e do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais.

Segundo sua avaliação, a atual política de preços "serve para aumentar a lucratividade da estatal e atender aos interesses dos acionistas". Em 2018 e 2019, diz, a empresa distribuiu o equivalente a 29% do lucro líquido ajustado. Em 2020, o indicador saltou para 152% e, em 2021, deve ficar em 66%.

A declaração de Lula gerou preocupação entre os analistas.

Entre as preocupações dos analistas, está o risco de que uma mudança de governo represente recuo na atual política de dividendos, que prevê a distribuição o uso do excedente de caixa para remunerar os acionistas.

Entre 2022 e 2025, a estatal estima distribuir de US\$ 60 bilhões a US\$ 70 bilhões (R\$ 336 bilhões a R\$ 392 bilhões) em dividendos.

Fundo árabe assume refinaria que 'ganhou' da Petrobras na Bahia

NICOLA PAMPLONA/FOLHAPRESS

A Petrobras concluiu ontem sua primeira operação de venda de refinaria desde que decidiu se desfazer de metade de sua capacidade de refino. Por R\$ 10,1 bilhões, a Refinaria Landulpho Alves, na Bahia, pertence agora ao fundo árabe Mubadala Capital.

A unidade passará a se chamar Refinaria de Mataripe e será gerida pela Acelen, empresa criada pelo Mubadala para atuar no mercado de refino brasileiro. A operação será transferida ao novo dono hoje, mas ainda com apoio da Petrobras.

A Petrobras anunciou a venda de oito refinarias, processos que deveriam ser concluídos até o fim do ano, mas até o momento só três tiveram contratos assinados. Além da unidade da Bahia, já foram negociadas a Refinaria Issac Sabá, em Manaus, e a Unidade de Industrialização do Xisto, no Paraná.

Ontem, em encontro com analistas em Nova York, a empresa disse entender que a venda de refinarias no Rio Grande do Sul e no Paraná só devem ocorrer depois das eleições de 2022. As duas foram colocadas à venda, mas as negociações foram sus-

pensas por falta de interesse.

Com a venda da refinaria da Bahia, boa parte do mercado da região Nordeste passa a ser atendida por uma empresa privada. Durante um período de transição, a Petrobras apoiará a Acelen na operação das instalações.

A operação, porém, é questionada na Justiça por sindicatos de petroleiros, que realizarão um ato nacional na próxima sexta-feira contra a venda. A venda de ativos da Petrobras chegou a ser questionada pelo Congresso no STF (Supremo Tribunal Federal), mas sem sucesso.

"A gestão da Petrobras está se desfazendo de ativos importantes para o país, tornando-se uma empresa pequena, exportadora de óleo cru, 'suja' ambientalmente", disse o coordenador geral da FUP (Federação Única dos Petroleiros, Deyvid Bacelar. "É preciso barrar essas privatizações."

A Acelen diz que tem planos para ampliar a produção de combustíveis da refinaria, que hoje opera com uso de 60% a 70% de sua capacidade de 300 mil barris por dia. E prepara um pacote para manter ao menos parte do quadro de trabalhadores da estatal.

PAT

Novos limites para vale-alimentação são ilegais, dizem advogados

FLAVIA KURTORI/FOLHAPRESS

As novas regras do vale-alimentação, que estabelecem limites para as empresas deduzirem os valores pagos a seus funcionários, são avaliadas por advogados como ilegais e contrárias aos princípios do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador).

Segundo o decreto 10.854, publicado no Diário Oficial da União em 11 de novembro pelo presidente Jair Bolsonaro, as empresas terão direito de abater até 4% dos valores, mas apenas dos benefícios pagos a trabalhadores que ganham até cinco salários mínimos (R\$ 5.500 em 2021). Atualmente, o percentual é de 4%, mas não há essa limitação na renda dos funcionários.

"Hoje, a regra é que os tra-

balhadores com rendas mais elevadas podem ser incluídos no PAT desde que (a empresa) garanta a cobertura de todos os trabalhadores. Essa (nova) regra desvirtua a própria natureza do programa, que é incentivar as empresas a investir e garantir uma alimentação de qualidade aos seus funcionários", afirma Erika Regina Ferracioli, advogada tributarista do Orizzo Marques Advogados.

Mais uma mudança é que o valor empregado no pagamento do vale-alimentação de um funcionário para que a empresa possa deduzir do IRPJ ficaria limitado a um salário mínimo (R\$ 1.100 em 2021), ou seja, para ter direito ao incentivo fiscal, o empregador poderia gastar até R\$ 1.100 no benefício alimentar por funcionário. Não existe um limite hoje.

CORRUPÇÃO

Coaf amplia lista de pessoas monitoradas

JOANA CUNHA/FOLHAPRESS

A relação de ocupantes de cargos públicos cujas operações financeiras estão sujeitas à atenção das autoridades aumentou, de acordo com resolução publicada na semana passada pelo Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), a agência do governo responsável pelo monitoramento de transações suspeitas.

A partir de hoje, passarão a ser consideradas pessoas politicamente expostas os membros do Conselho Nacional de Justi-

ça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Conselho Nacional do Ministério Público, secretários e dirigentes de órgãos públicos municipais.

Membros de tribunais superiores e o procurador-geral da República, que fazem parte dos conselhos, já eram classificados dessa forma pela legislação. A partir de agora, advogados e juízes de instâncias inferiores com mandato nos órgãos colegiados também serão tratados como politicamente expostos pela fiscalização

Nota

AREZZO COMPRA MARCA CAROL BASSI POR R\$ 180 MILHÕES

A Arezzo&Co anunciou a compra da marca de luxo Carol Bassi por R\$ 180 milhões. A aquisição marca a entrada da empresa calçadista no mercado de moda feminina. A companhia é dona das marcas de calçados Schutz, Anacapri, Alexandre Birman, Fiever, Alme e Vans. Em outubro de 2020, uniu-se à marca de roupas masculinas Reserva. Agora, com a aquisição da grife feminina, firma-se como uma empresa do setor de vestuário, diz o presidente executivo Rony Meisler. Segundo informações divulgadas pela empresa, a transação pode chegar ao valor de R\$ 220 milhões, caso a marca atinja métricas de desempenho estabelecidas para 2022 e 2025. A grife Carol Bassi foi criada em 2014 pela estilista paulistana Anna Carolina Bassi, herdeira da rede de moda feminina Guaraná Brasil. Possui loja no Shopping Cidade Jardim, em SP, e no Village Mall, no RJ. Também está presente em 90 lojas multimarcas pelo país. Segundo Meisler, a empresa planeja abrir outras 20 lojas físicas da marca, apesar da digitalização do varejo, impulsionada pela pandemia.

SENADO

Governo retira precatório da educação do teto e CCJ aprova novo texto da PEC

RENATO MACHADO E THIAGO RESENDE/FOLHAPRESS

Para garantir a aprovação no Senado da PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios, que viabiliza o Auxílio Brasil de R\$ 400, o governo cedeu à pressão e aceitou deixar despesas com dívidas ligadas ao Fundef (fundo da área de educação) fora do teto dos gastos.

Isso abriu caminho para que a

CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) aprovasse nesta terça-feira a nova versão da PEC, que agora segue para o plenário do Senado. O texto foi aprovado na comissão por 16 votos a favor e 10 contra. Na votação no plenário, o governo precisa do apoio de 49 dos 81 senadores, em dois turnos de votação.

Após a votação na comissão, o líder do governo no Senado e relator da proposta, Fernando Bezer-

ra (MDB-PE), disse que iria encontrar com o presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para negociar a votação ainda nesta terça-feira da proposta no plenário.

A vitória política no Senado foi resultado de uma derrota da equipe do ministro Paulo Guedes (Economia), que vinha resistindo a deixar as dívidas do Fundef fora do teto -regra que impede o crescimento das despesas acima da inflação.

A mudança no texto PEC foi divulgada ontem pelo relator Fernando Bezerra, que era pressionado pelas maiores bancadas da Casa.

A retirada dos precatórios do Fundef do teto dos gastos era uma demanda em particular do PSD, segunda maior bancada do Senado, com 12 senadores. Um dos mais ferrenhos defensores da medida era o senador Otto Alencar (PSD-BA).

INCENTIVO

Câmara aprova PEC que mantém benefícios para setor da informática

DANIELLE BRANT/FOLHAPRESS

A Câmara dos Deputados aprovou ontem em dois turnos a PEC (proposta de emenda à Constituição) que mantém benefícios para os setores de informática, comunicação e semicondutores, excluindo-os do plano de redução gradual de incentivos tributários estabelecido na PEC Emergencial.

O texto-base foi aprovado em primeiro turno por 353 votos a 9. No segundo turno, recebeu 333 votos a 8. A PEC precisava de pelo menos 308 votos, em dois turnos. Agora, segue para o Senado, onde precisa ter pelo menos 49

votos, também em dois turnos.

A proposta fez parte de um acordo fechado durante a discussão da PEC Emergencial, no começo do ano.

O texto aprovado nesta terça exclui a política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação e para o setor de semicondutores dos efeitos do plano de redução gradual de incentivos e benefícios federais de natureza tributária que o presidente da República deveria encaminhar ao Congresso em até seis meses após a promulgação da PEC Emergencial.

A exclusão já era prevista. Em março, o Ministério da Econo-

mia divulgou nota falando sobre os efeitos da PEC Emergencial sobre os benefícios Lei de Informática.

A pasta esclareceu que os incentivos "serão preservados no plano de redução dos incentivos a ser encaminhado ao Congresso, não havendo, nesse envio, qualquer alteração nos benefícios vigentes na Lei 13.969/2019 (Lei da Informática). Estes são decrescentes e estão previstos até 31 de dezembro de 2029", indicou a nota do ministério.

Na justificativa, o autor da PEC, deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG), afirmou que a alteração introduzida na PEC

Emergencial colocou em risco o equilíbrio interno do setor da informática.

Segundo o parlamentar, a atual redação da emenda constitucional 109 "é um tiro de morte nas empresas de eletrônicos instaladas fora" da zona franca de Manaus.

Na justificativa, o parlamentar diz que 512 empresas acessam os incentivos da lei de informática e que, em 2021, o total de incentivos deve chegar a R\$ 6,5 bilhões, com previsão de arrecadação total do setor ficando em aproximadamente R\$ 12 bilhões, somente em impostos federais.

Sinduscon-Rio
Desde 1939

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO: 1ª e 2ª
convocações

Em cumprimento a dispositivos estatutários, são convidados os associados do SINDUSCON-RIO a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no próximo dia 08 de dezembro de 2021, quarta-feira, às 10h30 em 1ª convocação e às 10h45 em 2ª convocação, em formato virtual, pelo Zoom, através do link <https://zoom.us/j/95408746520>, com a seguinte: ORDEM DO DIA 1. Aprovação Orçamento 2022; 2. Assuntos Gerais. Contando com a sua presença, subscrevemo-nos.

Rio de Janeiro, 01 de dezembro de 2021.
Claudio Kawa Hermolin
Presidente do Sinduscon-Rio

ZEE DOG S.A.
CNPJ/MF nº 15.662.972/0001-19 - NIRE 333.003.029-13

Convocação para AGE: Nos termos do Art. 12 do Estatuto Social da Cia. e dos Artigos 123, 124 e 289 da Lei 6.404/1976, ficam convocados os acionistas da Cia. a se reunirem, na filial da Cia. localizada na Cidade e Estado do RJ, na Rua Conde de Irajá, 260, 2º andar, Lado A, Botafogo, CEP 22271-020, em AGE a ser realizada, em primeira convocação, no dia 16/12/21, às 11h, para deliberar sobre (i) a ratificação do vencimento antecipado das opções objeto do Terceiro Plano de Opção de Subscrição de Ações da Cia., aprovado em AGE da Cia. realizada em 13/10/20 ("Terceiro Plano"); (ii) a ratificação do vencimento antecipado das opções objeto do Quarto Plano de Opção de Subscrição de Ações da Cia. aprovado em AGE da Cia. realizada em 25/05/21 ("Quarto Plano"); (iii) o reconhecimento da emissão de ações, dentro do capital autorizado, mediante deliberação do Conselho de Administração da Cia., no âmbito do Terceiro Plano, e o correspondente aumento de capital; (iv) o reconhecimento da emissão de ações, dentro do capital autorizado, mediante deliberação do Conselho de Administração da Cia., no âmbito do Quarto Plano, e o correspondente aumento de capital; (v) a alteração do Art. 5º do Estatuto Social; (vi) o cancelamento do capital autorizado da Cia.; (vii) o cancelamento dos bônus de subscrição de emissão da Cia.; (viii) a aprovação do Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações da Cia. pela Pet Center Comércio e Participações S.A. ("Protocolo e Justificação"), S.A. de capital aberto, inscrita no CNPJ/ME nº 18.328.118/0001-09, registrada perante a JUCESP sob o NIRE 35.3.0045382-4 ("Petz"); (ix) a ratificação da nomeação e contratação da empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação da Cia. para fins do Art. 252, §1º, da Lei das S.A. ("Laudo de Avaliação"); (x) o Laudo de Avaliação; e (xi) a aprovação da incorporação da totalidade das ações de emissão da Cia. pela Petz, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações; e (xii) consolidação do Estatuto Social. Fica comunicado aos acionistas que se encontram à sua disposição na filial da Cia. acima referida, o Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações e demais documentos relativos às matérias que serão objeto de deliberação na AGE. RJ, 29/11/21. **Felipe Diz** - Presidente do Conselho de Administração



SEM TERRA

MST invade sede do Incra em São Paulo em protesto

CAMILA MATTOSO/FOLHAPRESS

O MST (Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) invadiu ontem o prédio da superintendência de São Paulo do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), localizado no bairro de Santa Cecília, na região central.

Cerca de 200 membros do acampamento Marielle Vive, de Valinhos, no interior de São Paulo, participam do ato e exigem suspensão de ordem de despejo do acampamento e que seja realizado o cadastro das famílias.

Com a mobilização, o MST quer que o Incra faça a intermediação com a Prefeitura de Valinhos e a Justiça local para barrar decisão judicial que autoriza o despejo das 450 famílias que vivem no acampamento no interior de São Paulo.

Os sem-terra não encontra-

ram resistência para realizar a invasão nesta terça.

O movimento também realizará ato contra o despejo do Marielle Vive e em defesa da reforma agrária na Praça da Sé, às 14h.

As manifestações também ocorrem por ocasião dos 57 anos de sanção do Estatuto da Terra no Brasil, que trata da regulamentação da reforma agrária do país.

Dados do Incra enviados ao STF (Supremo Tribunal Federal) no início deste ano apontam que, em 2020, 3,6 mil famílias foram assentadas no país, queda drástica se comparado a 2015, último ano completo dos governos petistas, quando o número chegou a 26,3 mil.

Ainda que em menor escala, a queda considerável de novos assentamentos vem sendo registrada desde Dilma Rousseff (PT).

ESTÁDIO

Pacaembu terá hotel com 50 quartos onde ficava tobogã

ISABELLA MENON/FOLHAPRESS

Um hotel com 50 quartos será uma das atrações do complexo de nove andares que a ser erguido no lugar do tobogã no Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho, o Pacaembu.

A novidade no projeto foi anunciada ontem durante uma entrevista com jornalistas no estádio que contou com a presença do prefeito Ricardo Nunes (MDB) e de Eduardo Barella, empresário que, com a concessionária Allegra, gere o Pacaembu.

A Concessionária Allegra Pacaembu fechou um acordo com a UMusic Hotels. O hotel deve ocupar dois andares do bloco central do novo complexo de 40 mil m², além de parte dos blocos leste e oeste. A depender da localização do quarto reservado, o hóspede conseguirá assistir a jogos e shows pela janela.

O hotel também deve ter uma piscina privativa.

A Allegra assumiu a gestão do equipamento municipal por 35 anos em janeiro de 2020 e prevê investir até R\$ 400 milhões até o fim de 2023. A ideia, explica Barella, é que a concessionária seja responsável pela estruturação do complexo, e a UMusic, pelo "recheio".

A UMusic fará a gestão de outros equipamentos do empreendimento, como espaços criativos, ativações de alimentos e bebidas inspirados no patrimônio cultural de São Paulo – a empresa também estuda a construção de um estúdio de gravação.

Barella calcula que a UMusic deva investir cerca de R\$ 100 milhões para o hotel, mas ainda não há previsão de quanto deverá custar uma estadia por lá.

"Não acho que seja nem um hotel de luxo, nem de entrada", explica Barella, que diz que o público-alvo será bem amplo. "Entendemos que a nova geração não quer consumir um carro, mas uma experiência, e o Pacaembu tem uma história que impulsiona essa experiência. Devemos receber o público da música, do esporte, das artes."

O espaço em que será erguido o novo complexo era ocupado pelo tobogã, arquiabancada que tomou o lugar da concha acústica que fazia parte do projeto original e setor onde ficavam os ingressos mais baratos.

Para Barella, o uso desse es-

paço para a construção do complexo, que vai reunir também galeria de arte, estúdio de música, hotel e centro para eventos, não é elitista. "Pelo contrário, estamos democratizando. O Pacaembu antes era focado somente no futebol. Estamos ampliando esse uso também para a cultura e para arte", diz.

Em 2020, a concessionária afirmou que estudava colocar arquiabancadas móveis em dias de grandes jogos para ampliar a capacidade de público do Pacaembu. Barella diz que a ideia não foi descartada mesmo com o novo hotel. "Se não tiver lotação, posso montar lá e jogar o cara que está no hotel no camarote. Não estou engessado para isso."

Ao todo, o complexo terá nove andares, cinco deles acima do solo e quatro abaixo. Um deles funcionará como passarela que ligará as ruas Desembargador Paulo Passaláqua e Itápolis, com livre circulação de pedestres, buscando cumprir o propósito de integrar mais o complexo ao bairro.

Outros andares receberão lojas, espaços de coworking, restaurantes, escritórios e locais para eventos. Em parceria com o BBL, um grupo de entretenimento com foco em jogos virtuais, a nova gestão dará destaque aos eSports, com a criação de uma arena de Battle Royale, quando mais de cem jogadores poderão competir simultaneamente.

O equipamento também sediará feira de artes e de design e terá uma galeria de arte.

A demolição do tobogã foi necessária à implantação do projeto da Allegra Pacaembu.

Em janeiro de 2021, porém, a Justiça de São Paulo impediu a demolição – a decisão era uma liminar e se tratava de um pedido da associação Viva Pacaembu, que argumentou que a arquiabancada, construída em 1970, é parte do conjunto do estádio, tombado em âmbito municipal e estadual.

Em março, porém, a juíza Maria Gabriella Pavlopoulos Spaoloni, da 13ª Vara da Fazenda Pública Central da Capital, reconsiderou a decisão e avaliou que o Condephaat, que registrou o tombamento do Complexo do Pacaembu, não faz qualquer ressalva à estrutura do tobogã.

No final de junho, a estrutura começou a ser demolida de forma manual para não danificar o resto do estádio.

ISS

SP perde mais de R\$ 80 mi com mudança da Uber

ARTUR RODRIGUES/FOLHAPRESS

A cidade de São Paulo pode perder mais de 80 milhões ao ano com a mudança da sede da Uber para Osasco, na região metropolitana.

Segundo dados fornecidos pela empresa à CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) dos Aplicativos, na Câmara Municipal, ontem, a empresa pagou R\$ 584 milhões entre 2014 e 2020 de ISS (Imposto Sobre Serviços).

A informação foi dada pelo diretor de relações governamentais da Uber, Ricardo Leite Ribeiro, durante a CPI, que apura possível evasão fiscal de aplicativos que atuam na cidade de São Paulo.

O diretor da empresa depois com uma liminar que permitia que permanecesse em silêncio. No entanto, ele não fez uso desse direito durante a comissão.

Com 556 mil motoristas cadastrados na cidade, a empresa mudou sua sede para Osasco e passou a pagar ISS naquela cidade. No último mês, 155 mil motoristas fizeram pelo menos uma viagem em outubro, segundo a empresa. Além disso, a Uber Eats tem 22 mil entregadores ativos.

Em Osasco, a alíquota de ISS é de 2%, contra 5% que era pago pela empresa em São Paulo.

A média de ISS pago por ano pela empresa foi de R\$ 83 mi-



SAOPAULO.SP.LEG

lhões. No entanto, devido ao crescimento do serviço na cidade, os membros da CPI acreditam que a cidade pode perder mais de R\$ 100 milhões ao ano com a mudança da empresa.

O valor, por exemplo, seria mais do que suficiente para construir um CEU (Centro Educacional Unificado), estimado em R\$ 50 milhões, por ano. Para se ter uma ideia, a reforma completa do Anhangabaú foi orçada inicialmente em R\$ 80 milhões, embora o valor depois tenha crescido para mais de R\$ 100 milhões.

A CPI é composta por vários vereadores ligados a setores de transportes, como Adilson Amadeu (DEM) (foto), com base eleitoral entre taxistas, Marlon Luz (Patriota), próximo de mo-

toristas de aplicativos, e Senival Moura (PT), próximo ao setor dos ônibus. Os outros participantes são Camilo Cristóforo (PSB), Luana Alves (PSOL) e Sidney Cruz (Solidariedade).

Segundo informações de membros da CPI, há uma debandada de empresas de aplicativos. Além da Uber, entre outras, 99 e Ifood se mudaram também para Osasco, entre outros.

Questionado sobre o motivo da mudança para outra cidade, Ricardo Leite citou novas necessidades em seu espaço físico.

"Com essa crise que a gente viveu da pandemia, sem precedentes, muitas certezas foram abaladas. Ao longo desse período de 2020, a gente refletiu muito sobre como está sendo a volta nos escritórios nos países

que relaxaram mais as restrições. A gente acha que vai caminhar para um modelo mais híbrido e que o local mais adequado fosse um local que tivesse mais facilidades, mais equipamentos, diferente de um prédio de escritório que nós tínhamos", disse.

"Enquanto representante da Uber, da empresa, a gente precisa cumprir a legislação e a lei. E a legislação determina que a gente recolha isso na sede, e é assim que tem feito", acrescentou.

A empresa continuará pagando o preço público pelo uso do viário na cidade de São Paulo. Entre 2016 e 2020, a empresa pagou R\$ 518 milhões.

Os vereadores também questionaram o diretor da Uber sobre as taxas cobradas dos motoristas, vistas como abusivas por alguns parlamentares. Marlon Luz, por exemplo, citou taxa de 40%. "Taxas de 40% são o limite do sistema e são esporádicas. A média das taxas cobradas é 15%", disse o diretor da Uber, que também afirmou considerar que os motoristas são autônomos.

"A dinâmica que os senhores enxergaram para o nosso país ultrapassou alguns limites que no final dessa CPI, os senhores vão ter que ser enquadrados de alguma maneira para um modelo de 2020, a gente refletiu muito sobre como está sendo a volta nos escritórios nos países

COVID-19

Paulistanos que tomaram Janssen buscam reforço com Pfizer

ALEXANDRE DE AQUINO/FOLHAPRESS

As pessoas que tomaram a vacina de dose única da Janssen na cidade de São Paulo foram aos postos da capital paulista ontem atrás da dose de reforço da Pfizer – a medida foi anunciada pela prefeitura na segunda-feira passada.

A decisão de autorizar o reforço da Pfizer segue orientações de um documento do governo estadual, que já havia permitido essa ação em caso de falta da Janssen.

A reportagem visitou duas UBSs na região central da cidade nesta terça. Nenhuma das unidades registrou grandes filas, mas ambas mostraram um movimento contínuo.

O procurador Artur Barbosa, 41, tomou a Janssen no início de julho e, ontem, foi até a UBS Nossa Senhora do Brasil Doutor Armando D'Arienzo, na Bela Vista, para receber um novo imunizante.

"Fiquei sabendo ontem que iam dar o reforço. Mas a gente sempre fica em dúvida se a unidade que a gente vai procurar tem a vacina, não sabia direito

onde procurar, mas resolvi arriscar onde tomei a primeira vez", disse. "A vacina que tiver eu tomo", seguiu.

Favorável as vacinas a professora Flávia Fontes, 41, também comemorou a dose adicional. "Sou da década de 1980, minha geração cresceu sendo vacinada", afirmou. "Se a vacina tivesse vindo antes para o Brasil, eu não teria perdido minha tia", conta. Segundo ela, a tia, então com 89 anos, morreu em novembro do ano passado após ter contraído Covid-19 de um cuidador.

Na UBS Humaitá, também na Bela Vista, a procura pela dose adicional era ainda maior entre aqueles que haviam tomado Janssen. No local, havia muita reclamação sobre o desencontro de informações.

"Primeiro falaram que quem tomasse a Janssen tomaria uma dose única, depois começaram a dizer que as pessoas teriam que tomar uma segunda dose da mesma vacina e, no final, estamos tomando reforço com uma outra vacina. A gente fica confuso com tanta informação desencontrada. Para variar é sempre essa bagunça", disse o corretor de seguros, Marco Aurélio Ru-

bio Teixeira, 46.

A reclamação de Teixeira se refere a informação dada pelo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, no último dia 16, quando chegou a anunciar que uma segunda dose da Janssen deveria ser aplicada dois meses após a primeira na população adulta.

Segundo o Ministério da Saúde, a dose de reforço deveria ser usada após cinco meses do esquema primário completo. Recentemente, o órgão federal aceitou com a possibilidade de re- curar na decisão de aplicar uma segunda dose da vacina da Janssen como parte do esquema primário. A pasta deve adotar apenas a dose de reforço para quem tomou o produto contra a Covid.

A vacina da Janssen é a única aprovada pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) em dose única. As vacinas da Pfizer, Coronavac e AstraZeneca precisam de duas doses para o esquema primário completo.

"Quero ser vacinado não importa qual vacina, vamos acreditar na ciência", continuou Teixeira. "O importante é se imunizar", reforçou Johnny Nastro, 37, produtor de conteúdo, que tam-

bém estava na fila atrás da dose adicional (reforço).

Já a dona de casa, Ana Célia, 46, que mora junto com o marido e dois filhos, aguardava a sua vez e não escondia a vontade de receber o mesmo imunizante que tomou da primeira vez. "Se tivesse Janssen, eu preferia tomar ela de novo", afirmou. "Mas disseram que vai ser da Pfizer, então, a gente tem que confiar, não é? A gente confia desconfiando".

De acordo com números divulgados pela Prefeitura de São Paulo, mais de 300 mil pessoas receberam a dose única da Janssen na capital. Ainda não foi divulgado o número de pessoas que recebeu a dose de reforço nesta terça.

A campanha de vacinação contra a Covid-19 continua na cidade. Os representantes da Saúde do município anunciaram que não é mais preciso apresentar um comprovante de residência para se vacinar em um dos postos da rede municipal de saúde. Antes, a medida era exigida como uma forma de evitar que moradores de outros municípios viessem aos postos da capital paulista.

FRAUDE

Procon de São Paulo recebe 703 reclamações sobre a Black Friday

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

O Procon-SP recebeu 703 reclamações de consumidores que tiveram problemas nas compras ou contratações na Black Friday até a tarde de segunda-feira passada. A B2W (Americas.com, Submarino, Shoptime, Sou Barato e Lojas Americanas) teve 107 casos (15% das queixas) e a Via S/A (Casas Bahia, Ponto Frio e Extra.com), teve 96 (14% das queixas).

Nas redes sociais, o órgão teve 457 consultas e pedidos de orientação sobre o tema.

As principais reclamações foram atraso ou não entrega da encomenda (174 reclamações, 25% do total); pedido cancelado após a finalização da compra (162 reclamações, 23% do total); mudança de preço ao finalizar a compra (79 ou 11%); maquiagem de desconto – quando o desconto oferecido não é real (77 ou 11%); e produto ou servi-

ço indisponível (75 ou 11%).

Segundo o Procon-SP, na Black Friday do ano passado foram registrados 1.107 atendimentos (726 reclamações e 381 consultas e orientações nas redes sociais). De acordo com o diretor executivo do Procon-SP, Fernando Capez, neste ano, o número de reclamações manteve-se estável, com leve aumento de 3%.

"Muitos consumidores consultaram o Procon-SP, o que demonstra que as pessoas estão

mais cautelosas antes de fechar suas compras e se precavendo de eventuais golpes. Com o consumidor fazendo mais pesquisa, consultando a credibilidade do site, a reputação da empresa, prestando atenção ao preço total oferecido, acrescentado à cobrança de frete, de encargos etc. as reclamações se reduzem aos problemas mais corriqueiros, como atraso e cancelamento do pedido. O balanço geral é positivo", afirmou.

RACHADINHA

STF mantém foro de Flávio Bolsonaro e anula provas

MATHEUS TEIXEIRA/FOLHAPRESS

A Segunda Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu ontem manter o foro especial concedido ao senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) pela 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Assim, a corte avalizou, por 3 votos a 1, a decisão de junho do ano passado de retirar a investigação das mãos do juiz de primeira instância Flávio Itabaiana, que vinha dando decisões duras contra o parlamentar.

O magistrado, agora definitivamente afastado do processo, foi o responsável por ordens de quebra de sigilo e pela prisão de Fabrício Queiroz, acusado de ser o operador do esquema da "rachadinha" no gabinete de Flávio quando ele era deputado estadual.

Pelo mesmo placar, o colegiado também atendeu a um pedido da defesa para anular quatro relatórios de inteligência financeira elaborados pelo Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) que apontavam movimentações atípicas em contas bancárias de Flávio e seus funcionários.

Esses documentos eram considerados fundamentais por investigadores do caso, assim como dados levantados em quebras de sigilo que foram anuladas pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça). Dessa forma, somadas as decisões do STJ e do Supremo, as investigações contra o filho do presidente praticamente terão de ser retomadas do início.

Votaram nesse sentido os ministros Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Kassio Nunes Marques, enquanto Edson Fachin apresentou divergência.

O Supremo se debruçou sobre o tema ontem, 16 meses de-

pois de o MP-RJ (Ministério Público do Rio de Janeiro) ter apresentado recurso contra a decisão do TJ-RJ. Nesse período, Flávio acumulou diversas vitórias no STJ (Superior Tribunal de Justiça) que esvaziaram as investigações.

Prevaleceu o voto de Gilmar Mendes, relator do caso. Ele defendeu a rejeição da ação sob o argumento de que o Supremo não poderia analisar o mérito do recurso pelo fato de o MP-RJ ter perdido o prazo para recorrer na via adequada. Isso porque o órgão apresentou recurso ao próprio TJ-RJ fora do prazo previsto na lei.

"Ocorreu a perda do prazo para recorrer. Essa situação processual sugere que o MP busca um caminho processual considerado ilegítimo para reformar a decisão", disse Gilmar.

O ministro também afirmou que o TJ-RJ não violou a jurisprudência do STF, que restringiu o foro especial a autoridades a crimes cometidos durante o mandato e que tenham relação com a função.

O MP-RJ afirmava que, como Flávio não está mais no mandato em que teria cometido os delitos, seu caso deveria permanecer em primeira instância.

Gilmar, porém, defendeu que o Supremo só definiu a restrição do foro especial para integrantes do Congresso e que o caso de Flávio não deve ser atingido pela decisão da corte porque, na época dos supostos crimes, ele era deputado estadual.

"O STF debruçou-se tão somente sobre o alcance da competência do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar parlamentares federais", disse.

O ministro aproveitou para criticar a decisão que limitou o tratamento diferenciado na Justiça a pessoas que ocupam mandato eletivo.

"São justamente pontos cegos desse tipo que corroboram a tese de que a decisão trouxe mais desacertos do que acertos. De todo modo, não é possível extrair do paradigma indicado um direcionamento que se reputa violado pela decisão reclamada", afirmou.

Segundo o magistrado, "não há clareza quanto ao alcance do entendimento" definido pela corte. "No que concerne à problemática do foro por prerrogativa de função no caso dos chamados 'mandatos cruzados', houve também uma indefinição quanto à abrangência do que fora decidido", afirmou.

Fachin divergiu do colega e afirmou que o TJ-RJ violou, sim, a ordem do Supremo que restringiu o foro especial de autoridades.

"Penso, considerada a ratio decidendi, não atender ao regime republicano que as outras cortes possam acolher entendimento diverso, para prorrogar, ad infinitum, o foro por prerrogativa de função", disse.

E concluiu: "Julgo procedente a reclamação, para cassar a decisão reclamada, proferida pela 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro".

A subprocuradora-geral da República Maria Caetana Cintra Santos defendeu a manutenção do foro especial de Flávio Bolsonaro.

"No caso em apreço, o senador era parlamentar e continua sendo. Não temos um ex-parlamentar, mas sim alguém ainda parlamentar", disse.

Ela falou em nome da PGR (Procuradoria-Geral da República), que já havia se manifestado a favor do senador. O órgão é chefiado por Augusto Aras, que foi indicado por Bolsonaro ao cargo e costuma se alinhar às pautas do governo em temas sensíveis.

Em relação ao trabalho do Coaf, os ministros mantiveram válido apenas o primeiro relatório, que tratava de transações suspeitas de diversos deputados estaduais do Rio de Janeiro e funcionários do Legislativo local.

Foi este documento que apontou movimentação suspeita de R\$ 1,2 milhão na conta de Fabrício Queiroz, acusado de ser o operador do esquema de arrecadação de salários dos servidores de Flávio na Assembleia do RJ.

Este relatório não mencionou Flávio Bolsonaro, mas citou o repasse de cheque de R\$ 24 mil de Queiroz para Michele Bolsonaro, mulher do presidente Jair Bolsonaro.

Os magistrados entenderam que o primeiro relatório é legal e deve ser mantido por ser obrigação do conselho informar às autoridades competentes a identificação de movimentações atípicas.

A Segunda Turma, porém, anulou os outros levantamentos sob o argumento de que foram solicitados pelo Ministério Público antes mesmo de o órgão de acusação formalizar a abertura de investigação sobre o caso da "rachadinha".

"A primeira razão de nulidade está relacionada ao fato de a produção de relatórios por intercâmbio ter ocorrido sem que houvesse sido instaurado formalmente em face do paciente qualquer investigação preliminar", afirmou Gilmar.

Segundo o ministro, após o primeiro relatório espontâneo ter apresentado as movimentações atípicas, o MP-RJ passou a investigar Flávio sem que houvesse um procedimento oficial instaurado, "o que somente ocorreu em 16 de março de 2019, quase um ano após o redirecionamento das apurações contra o paciente".

COVID-19

Anvisa anuncia dois casos de variante Ômicron no Brasil

RAQUEL LOPES E MATEUS VARGAS/FOLHAPRESS

A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) anunciou ontem que a variante Ômicron foi identificada no Brasil.

A agência reguladora federal afirmou que as amostras coletadas de duas pessoas que preliminarmente receberam resultado positivo para a nova cepa da Covid passarão por uma nova análise laboratorial.

O procedimento será adotado para confirmar o diagnóstico para a variante Ômicron do novo coronavírus. Os primeiros resultados foram notificados pelo laboratório Albert Einstein, em São Paulo.

De acordo com os protocolos nacionais, o material foi então enviado ao Instituto Adolfo Lutz, em São Paulo, para fins de confirmação do sequenciamento genético do vírus.

Os exames são de um casal que vive na África do Sul -país onde a Ômicron foi identificada pela primeira vez- e está em visita ao Brasil. O homem tem

41 anos, e mulher, 37.

De acordo com a Secretaria Municipal da Saúde da capital paulista, o casal está em acompanhamento domiciliar. Eles estão em visita ao Brasil.

Segundo informações da Anvisa, o passageiro desembarcou em Guarulhos no dia 23 de novembro, vindo da África do Sul, com teste RT-PCR negativo.

Para se preparar para a viagem de volta, no entanto, ele procurou uma unidade do laboratório do hospital Albert Einstein, localizado no terminal, no dia 25 de novembro, na companhia da mulher.

Nos testes daquele dia, ambos receberam diagnóstico positivo para a Covid-19. O resultado então foi notificado ao CievS-SP (Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde de São Paulo), um órgão estadual.

Diante dos resultados positivos, o Albert Einstein adotou a iniciativa de realizar o sequenciamento genético das amostras.

AIDS

Forças Armadas são acusadas de discriminar pessoas com HIV

CLÁUDIA COLLUCCI/FOLHAPRESS

Um grupo da FGV Direito e outro que milita a favor das pessoas vivendo com HIV-Aids solicitaram ontem ao TRF (Tribunal Regional Federal) da 2ª região, do Rio de Janeiro, sua permissão como amicus curiae (amigo da corte) em ação movida contra as Forças Armadas por discriminação de pessoas vivendo com HIV.

Embora a legislação brasileira condene qualquer forma de preconceito e discriminação aos portadores de HIV, as Forças Armadas exigem o exame que detecta o vírus e, diante de um resultado positivo, impede que a pessoa ingresse na carreira militar.

Ocorre que há fartas evidências científicas demonstrando que as pessoas com HIV podem não desenvolver a doença se estiverem sob tratamento. Muitas, inclusive, estão com cargas virais indetectáveis há anos, o que significa que também não transmitem o vírus.

O processo que motivou a atuação das duas entidades tramita desde 2018 e é movido por um administrador de empresas do Rio de Janeiro que foi barrado em concurso de ingresso na Aeronáutica por ser pessoa vivendo com HIV. "Incapaz para o fim que se destina", diz o laudo médico da Aeronáutica.

Soropositivo há 11 anos, ele sempre trabalhou em atividades administrativas, tem comprovação de plena saúde física e men-

tal e está em tratamento com antirretrovirais, além de acompanhamento clínico.

Por meio de uma liminar, Silva chegou a ingressar na Aeronáutica, mas, seis meses depois, no primeiro concurso interno, ele teve sua promoção para segundo tenente anulada e foi excluído das Forças Armadas. Ele recorreu da decisão no TRF, e o recurso ainda não foi julgado.

"Foi quase uma emboscada. É evidente que ia dar a mesma coisa (resultado positivo para o HIV)", diz a advogada Eloísa Machado, professora da Clínica de Litigância Estratégica de Direitos Humanos da FGV Direito de São Paulo, que ingressou com o pedido de amicus curiae junto com o GIV (Grupo de Incentivo à Vida).

O amigo da corte é uma figura do direito brasileiro que garante a participação de órgãos públicos e entidades da sociedade civil em processos judiciais. A atuação se dá com base em manifestações sobre assuntos polêmicos ou que necessitem de conhecimento técnico para análise. Os alunos da FGV estudaram a ação durante seis meses, segundo Machado.

Para a advogada, os editais de concurso e as normas internas militares imputam às pessoas vivendo com HIV uma incapacidade definitiva, impedindo não só o ingresso nas Forças Armadas como eventuais promoções de pessoas que contraíram o vírus depois de serem admitidas.

ELEIÇÕES 2022

Bolsonaro se filia ao PL e volta ao centrão em meio a ex-presidiários

O presidente Jair Bolsonaro se filiou ao PL na manhã de ontem, em um evento com ministros, governadores, dirigentes partidários, parlamentares e muita aglomeração em meio à pandemia do coronavírus. Seu discurso foi de gestos a parlamentares e de ataques à esquerda.

"Nós tiramos o Brasil da esquerda, nós todos tiramos. Olha para onde estávamos indo", disse o mandatário para a plateia, citando a Venezuela. "As cores verde e amarela (estão agora) predominando sobre o vermelho. Nós conseguimos fazer brotar o sentimento de patriotismo."

Ao seu lado no evento esta-

vam dirigentes do centrão, que foram base e integraram o primeiro escalão dos governos petistas. O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, por exemplo, foi preso e condenado no escândalo do mensalão, revelado ainda no primeiro mandato de Lula, em 2005.

O discurso de Valdemar antecedeu o do presidente. Nele, ressaltou os programas sociais do governo, como o Auxílio Brasil. "Senhor presidente, temos a noção exata da nossa responsabilidade de empunhar as bandeiras de sua obra à frente de um governo que nunca se intimidou", disse.

Já o mandatário acenou aos partidos do centrão e citou no-

minalmente os dirigentes do PP e do Republicanos, Ciro Nogueira e Marcos Pereira, respectivamente, que estavam na plateia. Os três são as principais legendas que dão sustentação ao governo federal.

"Estou me sentindo aqui, Arthur Lira, em casa", declarou Bolsonaro. Presidente da Câmara, o deputado do PP é aliado do Planalto. "Pode ter certeza que nenhum partido será esquecido por nós. Não temos aqui a virtude de sermos o único certo, queremos, sim, compor nos estados."

Diante da plateia de políticos, muitos investigados pelo STF (Supremo Tribunal Federal), o chefe do Executivo ata-

cou -sem mencionar nominalmente- o ministro Alexandre Moraes, relator de inquéritos que miram o presidente e seus apoiadores.

"Alguns extrapolam aqui na região, na Praça dos Três Poderes. Mas essa pessoa vai ser enquadrada, vai se enquadrando, vai vindo que a maioria somos nós. Nós aqui, que temos votos, em especial, é que devemos conduzir o destino da nossa nação", disse Bolsonaro.

Neste contexto, o chefe do Executivo repetiu um discurso que tem adotado nos últimos meses. "Em 2023, quem for eleito indica mais dois nomes (para o STF), com o perfil mais pro lado de cá, mais conservador."

ESPAÇOS PRIVADOS

Câmara inclui na Lei do Racismo crime de injúria racial em locais públicos

DANIELLE BRANT/FOLHAPRESS

A Câmara dos Deputados aprovou ontem um projeto que inclui na Lei do Racismo o crime de injúria racial em locais públicos ou em espaços privados abertos de uso coletivo.

O texto foi aprovado por 358 a 17 e, agora, segue para o Senado.

O projeto altera a Lei do Racismo para tipificar o novo crime. Segundo a proposta, é crime "injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em lo-

cal público ou privado aberto ao público de uso coletivo, com a utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional".

A pena prevista é de reclusão de dois a cinco anos, e multa. De acordo com a Constituição, os crimes de racismo são imprescritíveis e inafiançáveis.

O relator do texto, deputado Antonio Brito (PSD-BA), elogiou o esforço dos autores do projeto, Tia Eron (Republicanos-BA) e Bebetto (PSB-BA), e defendeu a

aprovação do projeto "em um mês importante para todos nós, mês em que se faz reflexão sobre a função e a importância da igualdade racial no país. Somos todos iguais, nem mais nem menos, todos iguais."

Em discurso, o deputado Marcon (PT-RS) lembrou a morte de João Alberto Freitas. Em novembro do ano passado, na véspera do Dia da Consciência Negra, Freitas foi espancado e morto por seguranças em uma unidade da rede em Porto Ale-

gre. A agressão foi registrada em vídeo por testemunhas.

"E quero aqui lembrar que, no dia 19 de novembro de 2020, na véspera do Dia da Consciência Negra, João Alberto Freitas foi brutalmente assassinado no supermercado Carrefour, lá em Porto Alegre, porque era negro, porque a pele dele era negra", afirmou o deputado. "E vemos muitos e muitos jovens mortos nas favelas, nas vilas, por fome, por não terem uma casa, por não terem direito."

Diário do Acionista
publicidade@diariodoacionista.com.br

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, ATAS, EDITAIS, CONVOCAÇÕES

Faça seu orçamento

Tels.: (21)

3556-3030/96865-1628

Whatsapp:

99539-3634

VIOLÊNCIA

Polícia tem suspeito por morte de designer em Paraty

MARCELLE SANTOS/FOLHAPRESS

A Polícia Civil do Rio de Janeiro já tem um suspeito pelo assassinato da designer Thalissa Nunes Dourado, 27, encontrada morta no começo do mês em Paraty, no sul do estado.

A informação foi confirmada pelo delegado responsável pelo caso, Marcelo Haddad. O nome do suspeito não foi divulgado.

O corpo da designer foi achado com as mãos amarradas e com um saco plástico na cabeça. Até agora, ninguém foi preso.

A investigação havia sido concluída pela polícia, mas a promotora Laura Pinto de Lucca Abella considerou insuficientes as provas coletadas para acusar a pessoa apontada no inquérito como autora do crime.

"A investigação da polícia terminou, mas o Ministério Público e o Judiciário entenderam que faltam diligências", afirmou o delegado.

Segundo ele, isso não deve mudar a identificação do suspeito. "São exames que vão complementar outras caracterizações, como a definição da causa mortis. No nosso ver, não são exames primordiais. Já chegamos a uma conclusão."

Foram solicitadas pela Justiça, também, que mais informações fossem acrescentadas aos laudos de local do crime e cadavérico.

A perícia inicial afirmou que Thalissa foi vítima de homicídio por asfixia.

Como provas, a polícia apresentou os laudos da necropsia do corpo e do local do crime, uma análise das imagens das câmeras de segurança da rua e depoimentos de amigos e familiares.

Em nota, o Ministério Público informou que o caso está sob sigilo judicial e que "foram adotadas medidas de diversas naturezas a fim de esclarecer os fatos, mas as diligências requisitadas demoram tempo, estando muitas ainda em fase

de conclusão".

Em um ato realizado no centro de Paraty no dia 18 de novembro, manifestantes pediram justiça e criticaram a demora no esclarecimento do caso.

Pelo relato de testemunhas ouvidas pela polícia, Thalissa saiu com colegas de trabalho na noite anterior ao crime e voltou para casa de madrugada acompanhada de um casal de amigos. Após um tempo, o casal foi embora e ela subiu para o quarto sozinha.

Depois, imagens das câmeras de segurança da rua mostram que Thalissa saiu novamente, sozinha, e retornou de madrugada.

Na manhã seguinte, por volta do meio-dia, a amiga com quem ela dividia a casa a encontrou já morta no quarto, com as mãos amarradas e um saco na cabeça.

Nascida em São Paulo, Thalissa havia se mudado para Paraty durante a pandemia de Covid-19 e lançado há poucos meses uma marca de moda sustentável. De acordo com a mãe, ela vivia um momento feliz e estava levando uma vida tranquila em Paraty.

O município é um dos mais violentos do Rio de Janeiro, com vários casos de violência contra a mulher.

Em julho deste ano, Juliana Carlos Santos, 25, foi queimada, esquartejada e enterrada numa praia isolada da região. Meses antes, duas mulheres sofreram tentativa de estupro e homicídio na turística Praia do Sono.

No ano passado, a cidade foi cenário de dois crimes bárbaros que chocaram a população. Em janeiro, Dara Cristina de Almeida Santos Souza, 25, teve a casa incendiada pelo namorado. Ela escapou com vida, mas seus filhos, três crianças de quatro, cinco e sete anos, morreram no incêndio.

Em fevereiro, um casal de turistas foi atacado na casa onde passavam férias na praia do Sono. A mulher foi estuprada e o marido, assassinado.

VENEZUELA

Justiça ordena nova eleição e veta opositor de Maduro

A Justiça venezuelana mandou ontem cancelar a apuração de votos para a escolha do governador de Barinas e excluiu o candidato da oposição do novo pleito a ser convocado.

O estado, onde nasceu o ex-presidente Hugo Chávez, é o único do país em que o resultado da eleição do último dia 21 ainda não foi divulgado. Até agora, aliados do regime já confirmaram vitória em 19 estados, em um pleito que marcou a volta de parte da oposição às disputas – o que não ocorria desde as Legislativas de 2015, reconhecidas como a última eleição legítima do país.

Segundo a decisão do Tribunal Supremo de Justiça, ligado ao ditador Nicolás Maduro, sucessor de Chávez, as projeções do Conselho Nacional Eleitoral davam ao candidato opositor, Freddy Superlano, 37,6% dos votos, contra 37,2% de Argenis Chávez, irmão do líder que co-

mandou o país de 1999 a 2013.

O tribunal, no entanto, apontou a inelegibilidade de Superlano por "averiguações administrativas e penais", já que ele é alvo de acusações de corrupção. O recurso para tirá-lo da disputa em Barinas foi elaborado pelo parlamentar Adolfo Superlano, que não tem vínculos familiares com o opositor, apesar do sobrenome.

Assim, uma nova eleição foi marcada para o dia 9 de janeiro. O estado é governado por familiares de Chávez desde 1998, com a eleição do pai dele, Hugo de los Reyes Chávez. Ele ocupou o poder até 2008 e foi sucedido por Adán, um dos irmãos do ex-presidente e hoje embaixador da Venezuela em Cuba.

Argenis, que disputou o pleito com Superlano, é o chefe do Executivo regional de 2017.

O opositor qualificado a decisão como "mais uma demonstração de pouca vontade para reconstruir uma rota eleitoral

como saída para a crise política, social e econômica" do país.

Na semana passada, observadores da União Europeia consideraram o pleito deste ano o mais equilibrado dos anos do regime chavista. Os delegados, porém, apontaram problemas, destacando a proibição de algumas candidaturas da oposição e relatos de dificuldade de votar por parte de alguns eleitores.

De acordo com a chefe da missão de observadores, a eurodeputada portuguesa Isabel Santos, "houve proibições arbitrárias de candidatos por motivos administrativos", além de suspensão ou exclusão dos "líderes ou membros de alguns partidos mais reconhecidos".

Santos afirmou ainda que o relatório inicial aponta sites alternativos bloqueados em pelo menos 16 dos 23 estados venezuelanos e atrasos registrados em seções eleitorais.

Inicialmente, Maduro elo-

giou o grupo, dizendo que eles "se comportaram à altura". Nesta segunda (30), porém, chamou os observadores europeus de "espíões".

"Eles procuraram manchar o processo eleitoral (em um relatório) e não conseguiram. Uma delegação de espíões, que não eram observadores, vagou livremente pelo país, espionando a vida social, econômica e política do país", disse o ditador, durante uma transmissão na televisão estatal.

No discurso, Maduro ainda chamou o processo eleitoral de "impecável" e "lindo".

Embora o partido no poder tenha obtido a maioria dos governos, os votos para os socialistas diminuíram para menos de 4 milhões, de acordo com as estatísticas da autoridade eleitoral do país, ante 5,9 milhões dados nas eleições regionais em 2017.

O pleito teve alta taxa de abstenção (58,2%), a segunda maior desde 2013.

HONDURAS

Partido do governo reconhece vitória de Xiomara Castro

O Partido Nacional de Honduras reconheceu ontem que perdeu as eleições presidenciais e saudou a esquerdista Xiomara Castro. Com 52% das urnas apuradas, a candidata do Libre (Partido Liberdade e Refundação) está 20 pontos à frente do segundo colocado, Nasry Asfura, do Partido Nacional.

"Hoje se vê o clima de paz e tranquilidade que existe no país, embora o Partido Nacional não tenha sido eleito para encabeçar o governo", disse à Rádio América, uma das mais tradicionais do país, o secretário do comitê central da legenda, Kilvett Bertrand. "Desejamos o melhor sucesso aos vencedores das eleições".

Observadores internacionais criticaram a demora na apuração e a paralisação da contagem por mais de 24 horas. "Espero que não haja um atraso de muitos dias (até o resultado oficial)", disse Luis Guillermo Solís, chefe da missão da OEA (Organização dos Estados Americanos), que elogiou a ausência de manifestações políticas violentas.

Segundo a missão da União

Europeia, porém, o Partido Nacional, legenda do atual presidente, Juan Orlando Hernández, usou recursos do Estado na campanha. "A mídia estatal favoreceu visivelmente o partido no poder e seu candidato presidencial", disse o chefe da missão, Zeljana Zovko, que destacou também o aumento da distribuição de recursos em programas sociais.

Esposa do ex-presidente Manuel Zelaya, deposto por um golpe de Estado em 2009, Xiomara deve ser a primeira mulher a governar o país, que não tem segundo turno na eleição presidencial, se o resultado se confirmar.

Sua chegada ao poder prometendo conciliação encerrará a hegemonia de 12 anos do Partido Nacional ao substituir o direitista Juan Orlando Hernández, que termina seu segundo mandato envolvido em denúncias de tráfico de drogas nos Estados Unidos - ele nega qualquer irregularidade.

O Libre também conquistou nestas eleições as prefeituras das duas maiores cidades do país, a capital Tegucigalpa e San Pedro Sula.

PORTUGAL

Presidente veta lei da eutanásia pela segunda vez

GIULIANA MIRANDA/FOLHAPRESS

O presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, voltou a vetar a descriminalização da eutanásia no país. O chefe de Estado devolveu a lei, aprovada em 5 de novembro, ao Parlamento e pediu esclarecimentos adicionais sobre o texto.

O movimento de Rebelo de Sousa, católico praticante, empurra a decisão sobre a morte medicamente assistida para a próxima legislatura. Dependendo da composição da Assembleia da República após as eleições antecipadas de 30 de janeiro, há possibilidade de que a eutanásia não volte a ser aprovada pelos deputados.

Esta foi a segunda vez que o presidente português vetou a implementação a eutanásia. Na primeira ocasião, Rebelo de Sousa enviou a lei, aprovada em janeiro de 2021, para uma análise do Tribunal Constitucional, a

mais alta corte do país.

Os magistrados declararam que alguns trechos da lei eram inconstitucionais, mas deixaram o caminho aberto para que o Parlamento fizesse alterações que corrigissem os pontos problemáticos.

A declaração explícita de que a morte medicamente assistida não violava a Constituição de Portugal foi interpretada como um aceno da corte à viabilidade da lei.

Os deputados então apresentaram um texto que alterava a lei original. Após a convocação de eleições antecipadas, feita pelo presidente após o fracasso na aprovação do Orçamento para 2022, os parlamentares correram para aprovar a eutanásia antes do fim da legislatura.

A nova redação da descriminalização da eutanásia foi aprovada por ampla maioria em 5 de novembro.

Marcelo Rebelo de Sousa, agora, optou pelo chamado veto

político, devolvendo o texto aos deputados com questionamentos sobre "o que parecem ser contradições no diploma quanto a uma das causas do recurso à morte medicamente assistida". Na decisão, o presidente diz que foi motivado por "inesperadas perplexidades" introduzidas na nova versão da lei.

Em declarações a jornalistas na tarde desta terça-feira, o chefe de Estado negou que sua decisão tenha sido motivada por questões religiosas.

"A minha convicção pessoal religiosa, ética, seria muito mais crítica em relação à lei, mas o presidente não está lá para impor a sua convicção ética, religiosa ou política", justificou.

Rebelo de Sousa afirma que a nova versão da lei da eutanásia corrigiu os pontos indicados pelo Tribunal Constitucional, mas criou outras situações problemáticas que inviabilizariam sua implementação.

"Na primeira lei, mandei para

o Tribunal Constitucional porque tinha dúvidas em pontos que não respeitavam a Constituição. A Assembleia da República corrigiu, e por isso não envie para o Constitucional. Só que, ao corrigir os pontos, mexeu noutros e mudou a lei", disse.

O novo veto presidencial foi criticado por diversos parlamentares.

Uma das redatoras da lei, a deputada Isabel Moreira, do Partido Socialista, disse que o presidente tentou dar uma aparência jurídica a uma decisão política.

"O presidente da República faz um veto absolutamente atípico, porque utiliza formalmente o veto político e, no entanto, envereda-se por considerações jurídicas que deveriam caber ao Tribunal Constitucional", afirmou, em declarações à rede SIC Notícias.

Em 2018, em um Parlamento com menos representantes de esquerda, um projeto de lei sobre o tema foi rejeitado com apenas cinco votos de diferença.

O veto político do presidente ainda pode ser derrubado pelos deputados. Pelo regimento da Assembleia da República, no entanto, a apreciação de um diploma vetado só pode ser feita após pelo menos 15 dias do recebimento da decisão.

H3N2

Rio para vacinação da gripe por falta de dose

O município do Rio de Janeiro suspendeu ontem a vacinação contra a gripe, devido à falta de imunizante em algumas unidades de saúde. A Secretaria Municipal de Saúde informou que espera retomar a imunização contra a doença hoje à tarde.

Nos últimos dias, a cidade do Rio registrou um surto de

influenza A (H3N2), com vários casos registrados. Por isso, a prefeitura decidiu convocar toda a população para se vacinar contra a doença.

A prioridade tem sido dada a crianças entre seis meses ou mais, a gestantes, a puérperas, a idosos e a profissionais de saúde, mas todos podem se vacinar contra a gripe.

pelo crime de desenvolver clandestinamente atividades de telecomunicação, cuja pena pode ultrapassar quatro anos de prisão.

As ações policiais contaram com a participação de 50 agentes e ocorreram nos bairros de Padre Miguel, Campo Grande, Santa Cruz e Muzema.

A operação Sinal Oscuro, deflagrada ontem, contou com a participação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

ZONA OESTE

PF faz ação contra rádios clandestinas

Policiais federais interditarão nove emissoras de rádio que funcionavam de forma clandestina em bairros da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

Segundo a Polícia Federal (PF), nos locais onde funcionavam as emissoras, os policiais identificaram seis pessoas que seriam responsáveis por operar as rádios.

Elas foram levadas à Superintendência da PF no Rio de Janeiro e poderão responder